

DIÁLOGOS SOBRE A ADOLESCÊNCIA E A AMEAÇA DE EXCLUSÃO DOS PRIVILEGIADOS¹

Tiago Corbisier Matheus

Resumo: Este trabalho tem a intenção de abordar o tema da adolescência e estabelecer um campo de diálogo, sob tensão, com saberes que o consideram objeto de pesquisa, como a da sociologia. A partir da diferenciação entre o tema da adolescência como questão subjetiva e adolescência como fenômeno social – diferença nem sempre considerada entre psicanalistas e demais pesquisadores das ciências humanas –, é possível retomar a inscrição histórica do advento da adolescência e fazer o exercício de escuta de discursos de sujeitos que, em seu percurso adolescente, explicitam impasses e tensões da posição que ocupam e almejam garantir na estrutura social que os antecede. Diferentemente do que se poderia supor, a ameaça de exclusão não afeta somente aqueles que pertencem a segmentos socioeconômicos menos favorecidos, mas também os ditos privilegiados, diante da angústia de perda da posição socioeconômica herdada na pirâmide social vigente. A experiência com a formação de jovens nessas condições sociais permitiu a emergência de discursos que denunciam o impasse vivido.

Palavras-chave: Adolescência. Psicanálise. Exclusão. Angústia.

1 Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada na mesa “A abordagem da adolescência em múltiplos aspectos”, em 17/08/2010, no CEP – Centro de Estudos Psicanalíticos.

Adolescência como tema de investigação: fenômeno ou questão subjetiva

A proposta de diálogo entre diferentes saberes sobre a adolescência é um desafio fecundo e arriscado. Fecundo, pois anuncia, de início, para cada saber, uma abertura de perspectivas e construções diferentes das suas – até onde isso é possível –, o que vem provocar rearranjos em seu repertório teórico-prático, quando a exposição das diferenças põe em destaque os limites desse repertório em relação às questões apresentadas. O desafio do diálogo aqui se anuncia, pois, como se vê, o confronto com as diferenças exige o exercício da alteridade, na medida em que põe em xeque as disposições narcísicas que sustentam os sujeitos e suas organizações coletivas. Quando esse desafio pode ser enfrentado, é possível identificar as contradições ou insuficiências conceituais ou metodológicas de cada corpo teórico-prático e, a partir daí, buscar sua reformulação, tornando-o mais rigoroso e operativo. É esse laborioso trabalho que trará maior consistência interna a cada saber e, conseqüentemente, maior autonomia frente às vicissitudes de cada contexto político-institucional, bem como em relação ao jogo de forças entre os demais saberes entre si (ver Bourdieu, 2004).

Há risco, porém, ao supor que diferentes saberes – cada qual com sua visão de mundo, fundamentos e métodos específicos – frente a um dado problema, falam propriamente do mesmo objeto de investigação. Ainda que o significante utilizado seja igual – como ocorre com a *adolescência* –, a compreensão que dele se tem depende do arcabouço teórico que o ampara: cada saber *constrói* seu objeto de pesquisa de acordo com o modo como apreende a *realidade* (que toma como tal), a partir de seus fundamentos conceituais e hipóteses iniciais (há quem chame tais hipóteses de *pressupostos*). Isso porque a leitura que é feita do fenômeno participa da realidade à qual se refere, pois como lembra Zizek (1996), “(o que vivenciamos como) realidade não é a ‘própria coisa’, é sempre simbolizado, constituído e estruturado por mecanismos simbólicos” (p. 26).

Dessa perspectiva, o diálogo entre saberes mostra, em última instância, seu limite ou mesmo impossibilidade, se lembrarmos da provocação de Lacan (1972-73/1985) quando diz que inexistente qualquer “relação sexual” (p. 78). Assim como as pessoas se relacionam com o que acreditam ver em seus parceiros ou semelhantes – e não com as pessoas *em si* –, os saberes dialogam com o que podem escutar ou compartilhar com outros saberes, o que nunca é idêntico para cada um deles. No entanto, a constatação de tais limites tem também o risco de levar a uma concepção epistemológica relativista, que ao defender uma *verdade* múltipla e inatingível, **legítima com igual propriedade, diversos discursos enunciamos acerca de um mesmo objeto – cada um com a sua verdade** (ver Zizek,

2008, p. 57). Para não entrar num beco como esse, é preciso manter presente uma tensão acerca do objeto de investigação, relativa às contradições (ou ao antagonismo, para ser mais preciso) que sua dimensão real porta e que não se reduz a qualquer apreensão que possa haver daquele objeto de investigação.² Ainda que não seja possível, a rigor, diferentes saberes se reportarem a um mesmo objeto, podem se questionar sobre convergências e discrepâncias dos enfoques estabelecidos, fazendo com que o impeditivo possa ser utilizado a favor do desenvolvimento de cada corpo teórico. Trata-se, para tanto, de apontar a complexidade e a dificuldade que envolve a aproximação entre distintos saberes em torno de um dado problema, fazendo notar os limites presentes quando se utilizam referências teóricas distintas.

Quando se trata da adolescência, noção amplamente utilizada na psicanálise e na psicologia, não se encontra um correspondente direto na sociologia. Nesse campo, o termo consagrado é juventude, que se remete a um recorte etário em geral posterior ao da adolescência, bem como destaca a dimensão coletiva de sujeitos implicados em processos sociais; dessa perspectiva, fala-se em juventude a partir da análise de culturas juvenis, geração ou grupos sociais como agentes no espaço público (Leon, citado por Freitas, 2005, pp. 15-16), articulando sempre a experiência desses segmentos aos contextos sociais e históricos a que estão articulados, seja para defender uma ordem social (no caso da vertente funcionalista da sociologia da juventude), seja para questionar esse esforço de refratários às mudanças sociais (Peralva, 1997, p. 16). Aliás, essa capacidade de autocrítica é uma referência a ser considerada para o campo psicanalítico, como será visto adiante.

A adolescência, por sua vez, não deixa de ser citada por sociólogos, quando se reportam a processos psíquicos (de indivíduos), marcados por questões fisiológicas e por questões subjetivas particulares, que eclodem num contexto histórico e social específico – segunda metade do século XX –, quando papéis sociais ficam fragilmente determinados (por exemplo, Dubet, 1996, p. 25). Nota-se, aliás, um esforço, na própria sociologia em discriminar juventude de adolescência, tendo em vista o peso que esses conceitos adquirem nas ações e nas políticas que neles se baseiam (Freitas, 2005), aspecto que não é o foco deste trabalho específico, mas que vale lembrar, a fim de marcar o peso simbólico e o valor que determinados conceitos adquirem, conforme os usos que deles são feitos em cada contexto social.

No campo psicanalítico, o termo privilegiado é adolescência. É utilizado tanto num sentido específico, para descrever processos subjetivos próprios da passagem da infância para o mundo adulto (seja para

2 Zizek chama essa dimensão do ser de *diferença mínima*: condição que impede cada ente de ser considerado ontologicamente uno e coeso, idêntico a si mesmo, mas, como ocorre com o sujeito, é sempre faltante e cindido (Zizek, 2008, p. 33).

apontar uma crise necessária, seja para apontar a constituição psíquica deste momento, por exemplo), quanto num sentido mais amplo e indiferenciado em relação à noção de juventude, em sua inscrição histórica e social. Nota-se que essa variação de sentido produz uma imprecisão no entendimento desse conceito, criando uma sobreposição arriscada entre esses aspectos de sua abordagem, como se determinados processos subjetivos fossem inevitáveis histórica e socialmente ou como se determinada conjuntura social viesse a produzir, necessariamente, uma experiência subjetiva nomeada como *crise de identidade*.

Como saber voltado a processos subjetivos, a psicanálise tem como especificidade a investigação da adolescência como questão relativa ao processo de constituição ou emergência do sujeito psíquico, sendo-lhe necessário se perguntar sobre a complexa correlação entre o universo subjetivo e sua inscrição histórica e social. Daí a possibilidade de discriminar a adolescência como questão subjetiva e a adolescência como fenômeno social, na psicanálise, sem tomar a juventude como sinônimo nem como correspondente imediato, pois tal correspondência implicaria no esquecimento das diferenças de recorte entre esses dois saberes como campos de trabalho específicos. No entanto, tendo em vista a diferença entre cada campo e seus conceitos privilegiados, é possível para cada um se beneficiar das possibilidades de análise que o outro lhe oferece (sobre a proximidade entre esses campos, ver Matheus, 2007, pp. 35-39).

Na psicanálise, nota-se que a não diferenciação entre as noções de adolescência como questão e como fenômeno social levaram muitos psicanalistas a adotar uma posição de intransigência frente à perspectiva histórica, ao defender a sua versão de uma modalidade de experiência subjetiva que pretensamente seria inerente a um fenômeno social que surgiu com feições específicas na cena contemporânea, sobretudo a partir da segunda metade do século passado (ver Matheus, 2007, pp. 125-264). A distinção entre essas duas acepções de adolescência, em contrapartida, se mostra necessária para a sustentação de um espaço de interlocução com outros saberes (como se pretende aqui, de modo pontual), bem como facilita à psicanálise delimitar e expor a especificidade do recorte que realiza sobre esse tema, frente aos demais saberes que o consideram.

Adolescência é, primeiramente, um fenômeno social contemporâneo, com características específicas que o atrelam particularmente ao contexto socioeconômico e político destes últimos sessenta anos, neste universo globalizado. Se diferentes versões da adolescência existiram em outros momentos históricos (Matheus, 2007, pp. 17-48), foi após a Segunda Grande Guerra, com as transformações econômicas, culturais e sociais, que vieram a ocorrer, que a adolescência adquiriu seus contornos próprios aos dias atuais. Isso porque, neste momento, a imagem da juventude (no sentido sociológico do termo) se tornou um emblema, uma referência no imaginário de diversas sociedades, sendo tomada como

padrão de comportamento e de beleza (Hobsbawn, 1995, p.323), a partir de imagens que se atualizam constantemente (como *renovação do mesmo*) e sustentam intensos e ambivalentes investimentos narcísicos. Essa posição de destaque no imaginário social, tal como se configurou neste momento histórico, veio a realizar o ideário da modernidade, no qual a noção de *indivíduo* tornou-se um significante privilegiado em torno do qual os sujeitos se organizam e norteiam seus ideais, transformando cada indivíduo num fim em si mesmo.

Cada jovem, desse prisma, é um projeto a ser cultivado por ele e por aqueles que o tomam como objeto de investimento. O *fenômeno social* da adolescência, portanto, é a expressão, na cena social, desse paradoxal rito de passagem, silencioso e singular, a ser vivido pelos novos membros de cada sociedade, como se fossem unidades autônomas e independentes, capazes de realizar um ideal de autodeterminação (ver Matheus, 2007, pp.49-124).

A adolescência como *questão subjetiva*, por sua vez, diz respeito ao modo como cada sujeito se posiciona neste lugar idealizado e ambivalente, na cena social contemporânea. É o momento do processo de constituição do sujeito que, ao se desprender do véu de amparo e contenção parental (ou institucional), se depara com as incongruências e tensões da sociedade e suas organizações, sendo convocado a agenciar, por sua própria conta, o antagonismo de suas forças pulsionais. Logo, o real que emerge neste momento não se reduz ao real pubertário, de um corpo biológico predestinado a eclodir uma crise subjetiva, pois o antagonismo pulsional que emerge neste momento diz respeito aos impasses narcísicos e sexuais de um *corpo jovem* que experimenta essa condição expiatória em relação ao *corpo social* ao qual almeja pertencer e pelo qual almeja ser reconhecido como semelhante. O real que eclode para o sujeito adolescente, portanto, é também o real não simbolizado em cada sociedade, que encontra nesses candidatos um lugar de eclosão daquilo que nas demais gerações permanece abafado (Matheus, 2007). Sendo assim, o sujeito adolescente porta, em seu discurso e manifestação, o posicionamento que foi capaz de produzir frente aos antagonismos pulsional e social com os quais se depara, funcionando assim como um agente, em cada corpo social, de enunciação e questionamento das dissonâncias aí presentes (ver Matheus, 2002).

Essa concepção de adolescência como *questão do sujeito* se sustenta num determinado recorte do *fenômeno social*, e busca estabelecer uma diferenciação e uma articulação entre ambos, a fim de evitar o dogmatismo de uma visão biologicista ou trans-histórica para os desafios subjetivos da adolescência, na expectativa de promover um diálogo com aspectos sociais que aí se anunciam. Dessa perspectiva, acredita-se que a psicanálise possa contribuir com as demais ciências humanas no enfrentamento das tensões e impasses que surgem no cenário contemporâneo, ao enunciar a potência inquietante do discurso adolescente, em

sua singularidade e ambivalência (exercício que se pretende realizar na segunda parte deste trabalho). Mas esta contribuição depende da capacidade de manter vivos o questionamento e a revisão, também no campo psicanalítico, de suas próprias formulações teórico-clínicas, frente aos desafios apresentados pelos sujeitos e suas organizações sociais, pois é nesse exercício que se fundamenta a força argumentativa de cada saber.

A perspectiva de estabelecer um campo de diálogo com outros saberes resulta, de início, e como objetivo primeiro deste texto, na revisão que a psicanálise pode fazer de seu próprio campo, ao perceber a especificidade de suas formulações e a fronteira que subsiste quando se aproxima de outro campo teórico, como o da sociologia. Nesse sentido, o propósito deste trabalho não é propriamente empreender o diálogo com outro saber, mas sim criar perspectivas para tanto, a partir da demarcação de uma posição de análise que não se pretende nem completa nem final. Entende-se que a perspectiva de análise de um fenômeno social – como a adolescência – está determinada pelo lugar a partir do qual o pesquisador se coloca e, conseqüentemente, a investigação resultante manifestará os efeitos desse posicionamento. Vejamos.

O sujeito adolescente anuncia a angústia da ameaça de exclusão

Como se sabe, a desigualdade social é uma questão central na realidade brasileira não só da atualidade, mas de toda sua história. É uma dimensão da realidade que afeta a experiência de cada sujeito de diferentes modos, conforme sua condição socioeconômica e seu contexto, a configuração de sua organização familiar e de suas instituições de pertinência, bem como do sentido que ganha sua história de vida singular, ao longo do tempo. Para o sujeito adolescente em particular (ou seja, sujeito que se depara com a adolescência como *questão subjetiva*), é um aspecto provocador, pois o expõe a conflitos e impasses dos quais até então estivera preservado, em maior ou menor medida, enquanto se manteve sob o véu protetor da família ou instituição correspondente. Isso porque, ao buscar maior autonomia frente às figuras parentais, o sujeito adolescente se depara diante de uma realidade social desigual e fragmentada, marcada pelo antagonismo de forças sociais incompatíveis, que se reproduzem e se atualizam incessantemente conforme o jogo econômico e político determinante. A desigualdade social é provocadora de ameaças e seduções, conforme as fantasias de cada um e da posição ocupada na hierarquia social. Porém, diferentemente do que se poderia supor, a ameaça não afeta somente aqueles que pertencem a segmentos socioeconômicos menos favorecidos, mas também os ditos privilegiados, ainda que de modos distintos.

Cada corpo social é composto por diversos sujeitos, que enunciam em seus discursos as tensões e os agenciamentos que o configuram como tal. Escutar aqueles que se encontram na condição adolescente (no desprendimento do véu familiar) é o meio de abordar não somente a realidade de um sujeito adolescente em seu percurso singular, mas também é um modo de investigação dos arranjos e tensões que estruturam cada realidade social. Nesse sentido, a investigação da *adolescência como questão subjetiva* traz pistas relevantes para a análise de aspectos presentes no advento da *adolescência como fenômeno social* (para usar a nomenclatura utilizada na psicanálise), e da condição juvenil que incide num particular contexto urbano (para usar a nomenclatura consagrada na sociologia).

Numa conceituada instituição particular de ensino superior deste país, dedicada a formar profissionais capazes de se destacar em cargos de poder tanto no meio privado quanto público, acompanho como educador e profissional da saúde a formação de jovens que ali depositam seus esforços e expectativas. Dessas várias posições, escuto seus discursos. No período inicial da formação, muitos manifestam a clara satisfação pela oportunidade de ali se encontrarem, tendo em vista a possibilidade de conquistar e garantir uma condição socioeconômica privilegiada, em função da qualificação profissional, do reconhecimento institucional e da rede de relações (*network*) oferecidos. Ter sido selecionado *entre os melhores* e poder circular num universo com tantos recursos disponíveis (cursos, entidades, saberes, organizações) configura um universo atraente e sedutor, capaz, à primeira vista, de fazer jus aos projetos e anseios não somente desses jovens, mas também de seus familiares, dizem eles.

Para esses candidatos às posições de destaque na hierarquia social, a desigualdade social mostra seu lado idílico e atraente. No entanto, o ideal de *sucesso* tem um preço a ser pago, o que é constatado por alguns, num segundo momento.³ Há vários semestres, venho participando, em parceria com uma colega, da coordenação de grupos de alunos que se inscrevem para uma disciplina eletiva voltada à compreensão dos processos grupais e relações interpessoais. Num grupo de cerca de vinte jovens, em geral sentados em círculos, esses jovens têm a possibilidade de compartilhar a palavra com alguma autonomia e dar vazão a inquietações que não costumam ser expressas em sala de aula. Ao assumirmos a função de coordenadores, sustentamos a tarefa de discussão sem apresentar respostas prontas para suas indagações, lhes retornando a possibilidade de se posicionar ativamente sobre suas inquietações.⁴

3 Vale notar que a questão não representa o conjunto de alunos dessa instituição, mas apenas um traço presente num segmento seu. O intuito deste trabalho é refletir sobre esse traço e sua relação com a posição social desse segmento.

4 São 14 encontros, sob a proposta de investigar o funcionamento de um grupo e processos interpessoais, a partir da leitura e discussão de temas sobre grupos e sobre a realidade de sua formação, no qual trabalhamos com o referencial do *grupo operativo* de Pichon-Rivière (1986). São alunos dos dois últimos anos do curso que estão habilitados a participar da disciplina.

Naquele semestre, o grupo formado seguia um percurso não muito distinto de vários outros, ao demonstrar algum desânimo diante da ausência de respostas práticas de como se portar num grupo de seleção (de emprego) ou como aprender técnicas que permitissem a eles ter o controle de um conjunto de funcionários *em suas mãos*. No entanto, parecia que a inquietação diante do peso diante da sustentação de suas conjecturas sobre os desafios do relacionamento humano lhes pesava particularmente. Num determinado encontro, já no final do semestre em voga, colocaram em questão a própria atividade de discussão em grupo, tal como vinha sendo encaminhada, tendo em vista as limitações de seu alcance. O tema inicial era provocativo, pois tratava dos efeitos subjetivos produzidos em função da adaptação dos sujeitos às exigências de um mercado de trabalho competitivo e hierarquizante. A coordenação buscava conduzir o posicionamento dos participantes diante de tais questões, o que foi possível para alguns deles, que funcionaram como *portavozes* no grupo (tal com propõe Pichon-Rivière, 1986, p. 97) – “*temos de nos adaptar*”, diz um deles; “*sociólogo estuda por gosto, nós não*”, emenda o segundo; ao que outro conclui: “*não posso me permitir sonhar para não me decepcionar, nem me impedir de me inserir*”.

A angústia é anunciada: é preciso *adaptar-se* a fim de não deixar de se *inserir* e o preço a ser pago é a negação dos próprios sonhos. São sujeitos adolescentes (e jovens, do ponto de vista sociológico) confrontando-se com a *liberdade* de sua escolha, uma *liberdade forçada*, irônica e paradoxal: **qual a possibilidade efetiva de escolherem algo diferente** daquilo que foi zelosamente cultivado ao longo de suas histórias familiares, no conforto, privilégio de consumo e ternura que receberam? (Sobre a *escolha forçada*, ver Zizek, 2008, pp. 433-434). Veem-se rendidos por um indigesto e ambivalente *desejo de adaptação*, que deles exige a negação do próprio sonho a fim de garantir uma *inserção* necessária. A cilada está armada, na medida em que é um desejo que nega a própria plasticidade desejante, com a força de um imperativo categórico, que se impõe como inequívoco – *não posso impedir*. Sua dupla negação (*não posso + impedir*) denuncia a tensão vivida pelo sujeito, no esforço em anular a ameaça (= somar zero, manter tudo igual) que ele próprio traz, com seu sonho negado, ao movimento inercial e predeterminado a ser garantido (sobre a condição do desejo como imperativo categórico, ver Lacan, 1966/1985).

Mas qual inserção? Aonde inserir-se? Seria numa sociedade fragmentada e excludente, a fim de ser reconhecido como semelhante entre aqueles que conquistaram meios legítimos e instituídos de gozo? Buscam inserir-se no meio específico do qual provêm, como semelhantes entre aqueles que ocupam posições privilegiadas na hierarquia socioeconômica vigente, a fim de manter a tensão que a sustenta e a atualiza, e da qual seu segmento social se beneficia?

A ameaça de *não se inserir* nesse meio põe em risco o *sonho* parental e seu legado, conforme preveem seus acordos familiares há muito cultivados. O processo adolescente que leva ao posicionamento do sujeito frente ao legado parental (*questão adolescente*), permitindo-lhe maior autonomia, fica diluído num projeto de aprimoramento de uma ordem social a ser perpetuada. A opção por uma formação de cunho instrumental, diretamente voltada à possibilidade de inserção em posições de poder na hierarquia social, é sustentada por um investimento que limita a possibilidade de desfrutar o gozo pelo saber, pois só é reconhecido o saber que permite um fazer, conforme determinam as engrenagens do sistema econômico do capitalismo atual, em cada contexto sociocultural específico. Logo, o saber legitimado é o *saber fazer*, que pretende evitar, pretensamente, a angústia de uma condição desejante, que levaria o sujeito a se perguntar sobre o sentido de suas experiências de vida e a circular entre produções significativas não conclusivas. O saber fazer é aquele que dá acesso a produtos-fetiches socialmente instituídos, que funcionam como insígnias que legitimam a posição social alcançada, na tentativa de negar qualquer insuficiência – *para não me decepcionar*. O mecanismo é o da recusa, que pretende negar o horror de uma falta insuportável – *um sonho não realizado* – por meio de um objeto-fetice que ofereça a ilusão da completude, por mais que se saiba que ele *não é tudo*, apenas um objeto.⁵

Há uma passagem em P. Aulagnier que expressa com poesia e contundência a paralisia do lugar que esses jovens *não podem se impedir* de ocupar. Para a autora, todo sujeito, em seu processo de constituição, busca um lugar na realidade social, composta pela rede de relações entre os diversos sujeitos que compõem cada coletividade e seus investimentos libidinais. A passagem adolescente (como *questão*), por sua vez, é o momento em que o sujeito negocia, com os representantes da ordem instituída, um lugar em que possa validar seus projetos frente às demandas que lhe são apresentadas, estabelecendo assim um contrato, o contrato narcísico (Aulagnier, 1985, 1988). No entanto, esse contrato não é de todo negociado, pois é feito por agentes em desiguais posições de força, que fazem uso dessas conforme suas possibilidades:

no momento em que o Eu descobre o extrafamiliar, (em) que seu olhar procura um sinal dele que lhe confira direito de cidadania entre os seus semelhantes, só pode encontrar um veredicto que lhe nega este direito, propondo-lhe um contrato inaceitável, pois respeitá-lo implicaria a renúncia, na realidade de seu tornar-se, a ser qualquer coisa que não uma mera engrenagem sem valor, a serviço de uma máquina, a qual não esconde sua decisão de explorá-lo ou excluí-lo (Aulagnier, 1979, p. 153).

5 Mais especificamente, trata-se do desmentido fetichista, no qual o sujeito sabe que é apenas um objeto, mas mesmo assim age como se não fosse, como se fosse um objeto mágico e portador de valores mágicos que lhe permitem sustentar sua ilusão (ver Zizek, 2008, p. 453).

Portanto, a constituição do sujeito, em sua passagem adolescente, depende não só de um arranjo entre seus anseios libidinais com os demais, a fim de firmar um acordo, mas também da oposição frente àquilo que é inegociável. A impossibilidade de oferecer alguma oposição ao que lhe é proposto torna o sujeito uma *engrenagem sem valor*, a serviço de um sistema que funciona como uma *máquina* autômata, que subjugava aquele que assina de antemão o contrato que lhe é apresentado. Ao que parece, é o caso daqueles que optaram pela garantia de sua adaptação; tornaram-se engrenagem de uma máquina quando recusaram o risco da frustração e sua disposição para sonhar (como numa montagem perversa, cf. Costa, 1991).

A desigualdade socioeconômica promovida na organização capitalista é uma máquina movida pelos sonhos dos sujeitos convocados a fazê-la funcionar (como no filme *La Cité Des Enfants Perdus*, de 1995), em nome da mortificação que lhes é exigida no lugar de poder que visam perpetuar. A angústia de exclusão vivida é precariamente abafada por pequenos e múltiplos objetos-fetichismo que a máquina lhes oferece, sugerindo uma lógica de causa e efeito que serve como justificativa para sua função. A ilusão de não precisar se submeter à lei da cultura e de se impor frente a seus semelhantes, fazendo crer que o *mal-estar* social pode ser evitado, mostra seu preço. Poder enunciá-lo frente a seus pares não deixa de ser um passo, mas não o suficiente para se assumir como sujeito de sua enunciação.

Esses representantes de camadas sociais privilegiadas economicamente, por meio de seus discursos, posicionam-se de modo estratégico na hierarquia vigente, quando se mostram diretamente mobilizados pela lógica que esse recorte estabelece: são portadores de um discurso que opera a favor de sua legitimação e continuidade. Por um lado, marcam diferença de outro segmento juvenil que, sob a insígnia de *sociólogos* (*sociólogo estuda por gosto*), vivem o privilégio psicológico e cultural de se darem o direito de estabelecer seu percurso profissional *por gosto* próprio. Por outro, esses estudantes de formações-chave para a condução de instituições de destaque no mercado financeiro, produtivo e de serviços do cenário nacional, manifestam sua *opção* (*forçada*), não apenas por uma *inserção social* no sentido usual do termo, como conquista de uma função socialmente legitimada e instituída, mas por uma *inserção social* que dê acesso a posições de poder e de destaque na hierarquia socialmente instituída, sustentando assim o conluio entre sua instituição de formação e aquelas que despontam no cenário econômico nacional. É na medida em que miram o maior privilégio socioeconômico que se veem obrigados a abrir mão de outros *privilégios* – de estudar ou trabalhar *por gosto*. O primeiro fala mais alto: funciona como organizador de seus ideais e, conseqüentemente, de seus arranjos psíquicos. É, então, a desigualdade socioeconômica o vetor preponderante no ideário desse segmento juvenil.

A *escolha* feita incide sobre a constituição psíquica desses sujeitos em questão: o ideal estabelecido visa, antes de tudo, evitar perdas (*não se decepcionar, evitar não se inserir*) e, conseqüentemente, favorece menos um movimento de mudança (na cena social, nas referências familiares e no próprio ideário subjetivo), do que perpetuar um ideal de realização rigidamente predeterminado. O desafio adolescente de negociação frente à oferta de um lugar na engrenagem da estrutura social fica então abafado e reduzido em sua potência transformadora. A experiência adolescente (*adolescência como questão*) é precocemente abortada e, com ela, as possibilidades de conquista de uma maior autonomia do sujeito e de seu posicionamento (*ativo*, na medida em que se posicionar é assumir diferenças) diante do cenário social para o qual se dirige. Situação paradoxal, tendo em vista que a autonomia subjetiva acaba se contrapondo a outra autonomia, financeira, priorizada no discurso desses jovens.

Como ressalva, vale destacar que esta análise se debruça sobre uma parcela da juventude brasileira socioeconomicamente privilegiada, na qual um traço de comportamento é analisado não como ocorrência universal, nem homogênea, no conjunto de jovens retratados. Como investigação de uma coletividade, o que se destaca é a recorrência de um traço presente (de modo desigual) entre muitos sujeitos que identificam com um perfil específico: jovens de camadas sociais privilegiadas e que privilegiam o sucesso profissional e econômico em seu ideário e projeto de futuro. Se este traço – *angústia de exclusão* – se faz presente entre outros jovens distintos desse segmento específico e se ele participa como fator que contribui de algum modo com o *fenômeno social da adolescência*, agindo, por exemplo, em favor de sua extensão, é uma questão pendente, que vale ser investigada. O saber psicanalítico, por sua vez, visa contribuir no questionamento dos aspectos da cultura contemporânea, capitalista e excludente, que se mostram menos permeáveis aos movimentos de renovação que a própria estrutura social carrega, a partir do discurso de agentes estratégicos, como são os sujeitos adolescentes. Por meio desse saber, é possível notar que a angústia de exclusão não incide apenas sobre aqueles que, em função de sua condição socioeconômica, de fato encontram-se cerceados em suas possibilidades de circulação social e de inserção nos espaços legitimamente estabelecidos no cenário contemporâneo, mas também sobre aqueles que supostamente estariam garantidos dessas possibilidades e, por isso, são vistos como privilegiados.

A questão adolescente descreve o momento em que o sujeito psíquico, ao buscar maior autonomia frente à barreira protetora familiar, se depara com as incongruências da sociedade e suas instituições, bem como com o próprio antagonismo pulsional que emerge numa trajetória incerta. Dessa posição, o sujeito adolescente enuncia as fissuras do tecido social, que despontam e que inquietam a tantos, mas que são esses *maiores incomodados* que se permitem nomear o que fica abafado entre os

demais agentes sociais. Se os jovens aqui retratados se encontram numa paradoxal posição diante da busca de autonomia, não deixam de apontar, em seus discursos, a força coercitiva e aprisionadora que o ideário de inserção social pode conquistar na(s) hierarquia(s) socioeconômica(s) vigente(s) na contemporaneidade. O exercício investigativo sobre os impasses que acompanham as múltiplas configurações da realidade social contemporânea demanda, por sua vez, saberes que se mostrem abertos à interlocução e que possam, para tanto, reconhecer os limites de seu escopo, fazendo a revisão constante de seu repertório conceitual.

Dialogues about adolescence and the threat of seclusion of the privileged

Abstract: The present work aims at re-examining the theme of adolescence from a perspective that makes it possible to establish a dialogue field between different forms of knowledge that consider it as a research field, as in sociology. Starting from the discrimination between adolescence as a subjective issue and adolescence as a social phenomenon – difference not always considered by psychoanalysts and other human sciences researchers – it is possible to get back to the historical inscription of the emergence of adolescence and listen to the discourse of subjects who, along their adolescent path, expose the tensions and impasses of the position they inhabit and are willing to secure in the social structure that precedes them. Unlike one could assume, the threat of seclusion affects not only those who belong to less favored socioeconomic segments, but also the so-called privileged, who face the anguish of losing the socioeconomic position inherited in the social pyramid.

Keywords: Adolescence. Psychoanalysis. Seclusion. Anguish.

Dialogues sur l'adolescence et la menace d'exclusion des privilégiés

Résumé: Cet article a l'intention de reprendre le sujet de l'adolescence, de façon à établir un espace de dialogue qui, sous tension, rapproche différents savoirs, lesquels considèrent l'adolescence son sujet d'enquête, comme en sociologie. En partant de la distinction entre le sujet de l'adolescence en tant que question subjective et l'adolescence en tant que phénomène social – différence qui n'est pas toujours tenue en compte par psychanalistes et d'autres enquêteurs des sciences humaines – il devient possible de reprendre l'inscription historique de l'advent de l'adolescence et de faire l'exercice d'écoute des discours de sujets qui, pendant son parcours adolescent, explicitent des impasses et des tensions quant à la position qu'ils occupent et désirent maintenir dans la structure social préexistente. Différemment de ce qu'on pourrait supposer, la menace d'exclusion n'affecte pas seulement ceux qu'appartiennent aux secteurs moins favorisés de la population, mais aussi les ainsi dits privilégiés, lesquels vivent l'angoisse de perte de la position socioéconomique qu'ils ont hérité dans la pyramide sociale.

Mots-clés: Adolescence. Psychoanalysis. Exclusion. Angoisse.

Diálogos sobre la adolescencia y la amenaza de exclusión de los privilegiados

Resumen: Este trabajo tiene la intención de retomar el tema de la adolescencia, y desde el mismo establecer un campo de diálogo que, bajo tensión, acerca distintos saberes que lo consideran objeto de pesquisa, como en la sociología. A partir de la distinción entre el tema de la adolescencia en cuanto cuestión subjetiva y adolescencia como fenómeno social – diferencia que no siempre psicoanalistas y demás profesionales de las ciencias humanas tienen en cuenta –, es posible retomar la inscripción histórica del advenimiento de la adolescencia y hacer el ejercicio de escucha de discursos de sujetos que, en su recogido adolescente, explicitan impases y tensiones relativos a la posición que ocupan y desean garantizar en la estructura social que los precede. Distintamente de lo que se podría suponer, la amenaza de exclusión no afecta solamente aquellos que pertenecen a segmentos socioeconómicos menos favorecidos, sino también a los considerados privilegiados, los cuales se ven frente a la angustia de la posibilidad de pérdida de la posición socioeconómica heredada en la pirámide social vigente.

Palabras-clave: Adolescencia. Psicoanálisis. Exclusión. Angustia.

Referências

- Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação*. Rio de Janeiro: Imago.
- Aulagnier, P. (1985). *Os destinos do prazer: alienação, amor, paixão* (M. V. Gervaiseau & M. C. Pellegrino, trads.). Rio de Janeiro: Imago.
- Aulagnier, P. (1988). *Se construire un passe*. Trabalho apresentado no Congresso Narcisime et adolescence, Mônaco.
- Bourdieu, P. (2004). *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP.
- Costa, J. F. (1991). Psiquiatria burocrática: duas ou três coisas que sei dela. In L. T. Aragão (Org.), *Clínica do social: ensaios*. São Paulo: Escuta.
- Dubet, F. (1996). De jeunesse et des sociologies. *Sociologie et Sociétés*, 28(1), 23-35.
- Freitas, M. V. (Org.). (2005). *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais*. São Paulo: Ação Educativa.
- Hobsbawn, E. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Lacan, J. (1985). *O seminário. Livro 20: mais, ainda* (2a ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1972-1973)
- Lacan, J. (1985). Kant con Sade. In J. Lacan, *Escritos 2*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno. (Trabalho original publicado em 1966)
- Matheus, T. C. (2002). *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século*. São Paulo: Annablume.
- Matheus, T. C. (2007). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Peralva, A. (1997). O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação: Juventude Contemporaneidade*, (5/6), 15-24.
- Pichon-Rivière, E. (1986). *O processo grupal* (2a ed.). São Paulo: Martins Fontes.
- Zizek, S. (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Zizek, S. (2008). *A visão em paralaxe*. São Paulo: Boitempo.

Tiago Corbisier Matheus, psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e professor da EAESP/FGV. Endereço para correspondência: R. Fradique Coutinho, 1640, ap.42, CEP: 05416-002. Endereço eletrônico: tmatheus@uol.com.br

Recebido: 29/09/2011

Aceito: 12/09/2012